

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.982 - SP (2019/0291987-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : JOAO NASCIMENTO MAGALHAES  
**ADVOGADOS** : WILSON CESCA - SP034310  
FABIANA MANTOVANI DELECRODE - SP224906  
CAMILA VIRGULINO ZANCANELLI - SP304406  
**AGRAVADO** : CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR  
**ADVOGADO** : LUCIA JOSELI RINALDI RODRIGUES - SP226992

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - Não comprovados os requisitos do artigo 50 do Código Civil - Medida excepcional que reclama sólida e inequívoca demonstração de desvio de finalidade ou da confusão patrimonial, o que não se fez até o momento - Afastada desconconsideração da personalidade jurídica, determinando-se o levantamento da penhora dos rendimentos pró-labore do agravante - Agravo provido, com determinação.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta o agravante violação dos arts. 3º, 371, 489, § 1º, IV, 798, 979 e 1.022, I e II, do novo Código de Processo Civil; 50 do Código civil; e 5º, XXXV, da Constituição Federal, alegando a ocorrência a ausência de fundamentação do julgado recorrido e negativa de prestação jurisdicional. Sustenta que, "nas condições em que se apresenta o feito, há sobejas indicações de que a sociedade foi encerrada irregularmente. Concluir de forma oposta, *permissa venia*, é permitir que a impunidade, o engodo, a ocultação do patrimônio para não pagar débitos se instalem no Brasil" (fl. 785).

Aduz que, "diversamente do que se entendeu no *decisum* recorrido, basta, no entanto, a existência de indícios de irregularidades, o que presuntivamente decorre por ter a empresa devedora encerrado suas atividades, mesmo constando estar ativa na Receita

Federal e na Junta Comercial, o que foi demonstrado *in casu*, através das certidões do s. Oficial de Justiça. Além disso, o fato de os sócios não terem reservado bens para saldar dívidas da empresa que foi desativada irregularmente, demonstrando o abuso da pessoa jurídica, são eventos que autorizam a desconconsideração da personalidade jurídica, medida que se impõe" (fl. 793). Argumenta que "deixa evidente que a demonstração da existência de outras ações em que restaram comprovados os requisitos autorizadores para a aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica, revela o cumprimento das exigências previstas no art. 50, do Código Civil" (fls. 798-799).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 21/6/2016).

Com efeito, não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo agravante. Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância

especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 28/9/2015.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/3/2016)

Quanto ao mérito, a Corte local, após minudente análise do conjunto fático-probatório, entendeu que a medida excepcional que reclama sólida e inequívoca demonstração de desvio de finalidade ou da confusão patrimonial não se fez até o momento, concluindo que não foi comprovada a presença dos requisitos autorizadores da desconsideração (fls. 706-710, e-STJ):

A par da decisão fustigada não ter indigitado qualquer elemento de subsunção da norma pertinente ao caso concreto, referindo-se genericamente a uma "estrita conformidade com o que até agora já se apurou no bojo dos autos" (fls.380), assim tangenciando inadmissível falta de fundamentação, verifica-se que, na verdade, pelo que efetivamente se apurou nos autos, não estão preenchidos os requisitos para o deferimento da medida.

Com efeito, instaurada a fase de execução do julgado e decorrido o prazo legal sem pagamento, tentou-se apenas e tão somente a

construção de um veículo (realizada, conquanto não localizado o bem) e o bloqueio eletrônico de ativos, o qual resultou negativo, vindo em seqüência o credor, açodadamente, já requerendo a desconsideração da personalidade jurídica da executada, como se apenas a falta de ativos em contas bancárias fosse suficiente para o deferimento desse instituto excepcionalíssimo.

Considere-se que a empresa executada foi regularmente citada e ingressou no feito oferecendo contestação (cf. fls.60/90), tendo inclusive advogado constituído até na fase executória (fls. 268/270) e apresenta C.N.P.J. e registro junto à JUCESP ativos (fls.352 e fls.358/379), nada havendo nos autos que permita inferir fraude patrimonial ou desvio de finalidade, situações aptas a fundamentarem o deferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica. Dispõe o artigo 50 do Código Civil, *verbis*:

"Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica"

Deste modo, a desconsideração da personalidade jurídica visa os casos nos quais esta é utilizada de forma a fraudar a lei, aproveitando-se os sócios da proteção dada à empresa para se locupletar indevidamente ou fugir à atuação dos credores.

E assim é justamente porque a personalidade jurídica da empresa não se confunde com a de seus sócios, não se cogitando da responsabilidade ilimitada destes últimos pelas obrigações contraídas pela primeira, salvo (e apenas) se estiverem devidamente comprovados os requisitos estabelecidos pelo dispositivo normativo em comento, o que não ocorre neste caso.

Com efeito, no estado em que se encontram os elementos dos autos, não há subsídio suficiente à convicção de que a empresa executada tenha encerrado indevidamente suas atividades ou, de algum modo, teria promovido confusão patrimonial, inservível mera tentativa frustrada de construção via BACENJUD como elemento de presunção para tanto.

Demais disso, inexistindo baixa junto aos registros da JUCESP (fls.358/379) não se comprovou que a executada teria encerrado suas

atividades, pois, conforme visto, a agravante não se preocupou em diligenciar objetivando qualquer prova a esse respeito - apenas comodamente buscou convencer o juízo a acatar descabida presunção de que haveria confusão patrimonial com base somente na ausência de ativos financeiros em contas bancárias da executada, o que é inadmissível.

Anote-se, por oportuno, que a existência de outras ações contra a executada (fls.353/354) e, menos ainda, notícias veiculadas pela rede mundial de computadores sobre supostas irregularidades, têm o condão de respaldar a pretendida desconconsideração da personalidade jurídica, a qual exige, repita-se, sólida comprovação dos requisitos insculpidos no artigo 50 do Código Civil e não meros indícios.

Observe-se, por oportuno, que o agravado sequer esboçou interesse em diligenciar a existência de outros bens junto à D.R.F., A.R.I.S.P. ou por qualquer outro meio.

Cumpre ressaltar, aliás, que apenas a não localização de bens para a satisfação do crédito ou meros indícios não confirmados são insuficientes para a almejada desconconsideração da personalidade jurídica, instituto excepcionalíssimo cujo deferimento reclama convicção respaldada em sólidos elementos de prova, o que até o momento não se amealhou no feito, mesmo porque o credor, ora agravado, nada fez de objetivo nesse sentido.

(...).

Isto posto, de rigor a reforma da r. decisão agravada, assim afastando-se a desconconsideração da personalidade jurídica.

Por consequência, despiciendas maiores considerações sobre tópico relativo à penhora de pró-labore do agravante, pois evidentemente bem algum de seu patrimônio deve ser constricto em razão da dívida da empresa requerida, determinando-se, portanto, seu levantamento.

De modo que, ao contrário do alegado no recurso especial, o Tribunal de origem afastou a desconconsideração da personalidade jurídica, pois não foram comprovados de forma satisfatória a presença dos requisitos autorizadores da desconconsideração, a alteração dessas conclusões estabelecidas no acórdão recorrido implicaria necessariamente o reexame fático-probatório, o que é vedado na via do recurso especial, em virtude do óbice contido na Súmula n. 7, desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A desconconsideração da personalidade jurídica é medida de caráter excepcional que somente pode ser decretada após a análise, no caso concreto, da existência de vícios que configurem abuso de direito, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, requisitos que não se presumem em casos de dissolução irregular ou de insolvência. Precedentes.

2. Rever os fundamentos do acórdão recorrido relativos à análise dos requisitos autorizadores importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1275976/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 13/6/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA. ABUSO DA PERSONALIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO AO DESVIO DE FINALIDADE E QUANTO À CONFUSÃO PATRIMONIAL. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. (...)

2. O fato de a sociedade empresária encerrar suas atividades de maneira irregular não caracteriza nenhum dos requisitos autorizadores da medida, previstos no artigo 50 do Código Civil de 2002.

3. A convicção formada pelo Tribunal de origem acerca da ausência dos requisitos necessários para ensejar a desconconsideração da personalidade jurídica da empresa recorrida decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever o acórdão objurgado, nesse aspecto, importaria necessariamente o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 202.937/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 17/10/2014.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do STJ. Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora